



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

TERMO DE CONTRATO Nº 1.091/SMSUB/COGEL/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6012.2023/0024340-6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/SMSUB/COGEL/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

CONTRATADA: MAGNA SISTEMAS CONSULTORIA S.A, inscrita no CNPJ nº 01.165.671/0001-75

OBJETO: O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXPANSÃO DE LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO DE IBM APP CONNECT ENTERPRISE E IBM MAXIMO FOR UTILITIES PARA SEREM INTEGRADOS NO SISTEMA SGZ- SISTEMA DE GESTÃO DE ZELADORIA CONFORME A PLANILHA ABAIXO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS PRODUTOS FORNECIDOS.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 49.269.236/0001-17, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 405 - 23º andar - Centro, São Paulo - SP, representada pela Chefe de Gabinete, Sra. **RODE FELIPE BEZERRA**, em conformidade com a Portaria nº 14/SMSUB/2019, ora denominada **CONTRATANTE** e a empresa **MAGNA SISTEMAS CONSULTORIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.165.671/0001-75, com sede a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a execução deste instrumento, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações subsequentes, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03 e alterações, conforme despacho autorizatório acostado ao doc. nº 095358769 publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, em 18/12/2023, página 110, sessão 68, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital de Pregão nº 051/SMSUB/COGEL/2023, que integram o presente independentemente de transcrição.

DO OBJETO:

O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para a expansão de licenciamento de direito de uso de IBM APP CONNECT ENTERPRISE e IBM MAXIMO FOR UTILITIES para serem integrados no sistema SGZ- Sistema De Gestão De Zeladoria conforme a planilha abaixo, incluindo os serviços de instalação e configuração dos produtos fornecidos.

1.1. Os Serviços deverão ser executados, sem prejuízo das definições contidas no Termo de Referência - **ANEXO I** do Edital do Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023 e anexo a este.

1.2. Deverão ser observadas, ainda, todas as especificações contidas na Proposta da contratada encartada no Processo Administrativo nº 6012.2023/0024340-6, que ora faz parte integrante do presente contrato para todos seus efeitos.

2. DA QUANTIDADE E PREÇOS CONTRATADOS

2.1 O valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 6.999.999,64 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme preços a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	IBM App Connect Enterprise Processor Value Unit (PVU) License + SW Subscription & Support 12 Months	UNID.	800	R\$ 1.612,15	R\$ 1.289.720,00
2	IBM App Connect Enterprise for non-production Processor Value Unit (PVU) License + SW Subscription & Support 12 Months	UNID.	500	R\$ 806,82	R\$ 403.410,00
3	Licença de uso do software Microsoft Office Home & Business Standard 2021, no IBM Maximo for Utilities Concurrent User License + SW Subscription & Support 12 Months	UNID.	188	R\$ 28.228,03	R\$ 5.306.869,64
VALOR TOTAL					R\$ 6.999.999,64



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

2.2. Para fazer frente as despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº 12.00.12.10.15.126.3024.2171.3.3.90.40.00.00.1.500.9001 do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº 124.820/2023, no valor de R\$ 655.726,66 (seiscentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos.).

2.3. O valor e quantidade contratados deve respeitar a quantidade estimada no Edital de Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados na forma e condições estabelecidas por meio desse contrato e dos anexos, em especial o Termo de Referência, que contém sua descrição, detalhamento, condições, forma e prazo de execução.

3.2. Todas as informações e comunicações entre a SMSUB e a CONTRATADA, deverão ser feitas por escrito. Todas as decisões resultantes de reuniões realizadas entre as partes deverão ser formalizadas mediante troca de correspondência por meio digital, e-mail ou processo eletrônico (SEI!), devidamente encartados no processo e em ordem cronológica.

3.3. A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer título, reproduzir ou copiar, ceder, transferir ou vender os sistemas e/ou os aplicativos implantados, sem o expresse consentimento da **SMSUB**, ressalvada a previsão do art. 2º, §5º, da Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998.

3.3.1. Sem prejuízo do contido no item 3.3 deste contrato a CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes.

3.3.2. A CONTRATANTE obriga-se a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas adequadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

3.4. Na execução dos serviços, a CONTRATADA poderá valer-se de pessoal próprio, integrantes de seu Quadro de Pessoal, como também de recursos contratados por ela, CONTRATADA, sob sua exclusiva e única responsabilidade e supervisão, entregáveis e o relacionamento com o pessoal alocado na prestação dos serviços, não configurando, sob nenhuma hipótese, cessão de mão-de-obra à CONTRATANTE, atuando a equipe disponibilizada pela CONTRATADA na execução do objeto contratado sob sua única, exclusiva e integral responsabilidade.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços acordados poderão ser reajustados anualmente, com base na Lei Federal nº 10.192/01, no Decreto Municipal nº 25.236/87 e no Decreto Municipal nº 48.971/07, e aplicando-se a modalidade de reajustamento sintético, observando-se as demais normas que regulamentam a matéria, e mediante a utilização do índice IPC FIPE divulgado pela PMSP, através de Portaria da Secretaria Municipal de Finanças.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

4.2. Os preços somente poderão ser reajustados após um ano da data-limite para apresentação da proposta, nos termos do Decreto Municipal nº 48.971/07.

4.3. Para fins de reajustamento em conformidade com o art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01, o índice inicial (Io) e o preço inicial (Po) terão como data base aquela correspondente à data limite para apresentação da proposta.

4.3.1. Fica vedado novo reajuste pelo prazo de um ano.

4.4. As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

4.5. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia, no valor proporcional a 5% em cima do valor do presente contrato nos termos da Portaria SF 338/2021, mediante uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

5.1.1. Caberá a complementação da caução quando houver alteração contratual.

5.2. A garantia e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à CONTRATADA e por todas as importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em razão do presente contrato.

5.2.1. Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.

5.3. O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.

5.4. O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.

5.5. Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.

5.6. Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

5.7. Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da CONTRATADA, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela CONTRATADA.

6. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

6.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por iguais ou menores e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 48 (quarenta e oito) meses.

6.3. A fiscalização da unidade requisitante poderá recusar os serviços caso os funcionários e/ou equipamentos estiverem em desacordo com as exigências previstas no Anexo I do Edital da licitação (Termo de Referência) que precedeu este ajuste, sujeitando-se a contratada às sanções previstas neste instrumento.

6.4. A contratada responsabiliza-se pela prestação do serviço contratado não sendo justificativa aceitável para a não prestação problemas técnicos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Fornecer à **contratada**, quando da emissão da “Ordem de Serviço”, o nome do(s) servidor(es) que representará(ão) a **contratante** durante a execução do objeto.

7.2. Viabilizar os recursos orçamentários para a cobertura do presente contrato.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Contrato, edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023.

7.3.1. Caberá à fiscalização observar o contido na PORTARIA nº. 170/SF/2020, publicada no D.O.C. de 31/08/2020

7.4. Facilitar a CONTRATADA, o acesso a todos os documentos, informações e demais elementos que possuir, quando necessário ou conveniente a implantação ou manutenção dos serviços;

7.5. Prestar aos empregados da contratada, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

7.6. Exercer fiscalização dos serviços.

7.6.1. Atestar a prestação dos serviços, acompanhados dos seus relatórios mensais, relativos às faturas e encaminhá-las para pagamento em tempo hábil.

7.6.2. Entregar os documentos e dados sob sua responsabilidade, dentro dos prazos e padrões previstos, podendo ser recusados os documentos que não estiverem de acordo com os padrões estabelecidos.

7.7. Validar todas as ocorrências e informações relevantes anotados no livro diário de Serviços.

7.8. Cumprir e exigir o cumprimento do contrato e das disposições legais que a regem;

7.9. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

7.10. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

7.11. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;

7.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

7.13. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

7.14. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014;

7.15. Caberá à CONTRATANTE se responsabilizar pela gestão da qualidade das informações prestadas.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto da contratação obedecendo às especificações constantes deste Contrato e do Edital de Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023 que o precederam e dele fazem parte integrante.

8.2. Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre o andamento dos serviços, indicando o estado e progresso desses serviços e eventuais irregularidades que possam prejudicar sua execução, fornecendo os dados técnicos de seu interesse, e todos os elementos e informações necessárias, quando por esta solicitado.

8.3. Dar ciência imediata e por escrito à **contratante** de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

8.4. Desenvolver seus serviços em regime de integração e colaboração com a **SMSUB**, cumprindo as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços.

8.4.1. Participar juntamente com pessoal da contratante de reuniões periódicas e de avaliação e acompanhamento das atividades previstas, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

8.5. Informar a CONTRATANTE os nomes dos técnicos da para o cumprimento dos serviços objeto desta proposta.

8.5.1. Em caso de troca dos técnicos, informar imediatamente a SMSUB.

8.6. Manter sigilo sobre as informações processadas;

8.7. Responder por quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviços, sejam eles relativos aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como os custos com transporte de pessoal, equipamentos e materiais.

8.8. Apresentar para controle e exame, sempre que a **contratante** exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e comprovantes de pagamentos de salários, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou tenham prestado serviços à **contratante**, por força deste contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

- 8.9.** Manter a segurança física dos dados relativos ao processamento dos Sistemas, quando estes forem executados no seu ambiente operacional;
- 8.10.** Responder por todos os danos causados culposamente à contratante e à terceiros durante a execução do presente contrato;
- 8.11.** Manter, durante a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar à **contratante** qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.
- 8.12.** Executar os serviços, objeto deste contrato, pelos preços, quantidades totais e na forma definidas na proposta, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos de demais despesas de qualquer natureza;
- 8.13.** Registrar todas as ocorrências e informações relevantes no livro diário de Serviços, que deverá ser assinado pelo responsável técnico.
- 8.14.** Manter em perfeito estado de funcionamento, os equipamentos de sua propriedade, para entrada, saída e transmissão de dados.
- 8.15.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.
- 8.16.** Assegurar à CONTRATANTE os direitos de uso e propriedade do que é desenvolvido/codificado pela CONTRATADA, quando for o caso, para integração ou complementos dos programas (softwares de fabricantes) por ela devidamente implantados e instalados.
- 8.17.** A CONTRATADA deverá executar regularmente o objeto do ajuste, respondendo perante a CONTRATANTE pela fiel e integral realização dos serviços contratados.
- 8.18.** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- 8.19.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.20.** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- 8.21.** Manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.22.** A CONTRATADA será responsável por cumprir todas as exigências e obrigações relacionadas em sua proposta;
- 8.23.** A CONTRATADA responderá por atos que venham a ser praticados pelos profissionais a serviço do CONTRATANTE, seja por imperícia, por negligência ou por quaisquer outros motivos que venham a culminar em acidentes ou outros que venham a causar problemas ao CONTRATANTE com relação aos documentos ou objetos sob sua responsabilidade;
- 8.24.** A CONTRATADA deverá cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 8.25.** A CONTRATADA deverá nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, proceder as anotações e registros (CTPS) pertinentes a todos os empregados e prestadores de serviços que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

advindas de eventuais demandas judiciais em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por seus empregados;

8.26. A CONTRATADA deverá atender a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

8.27. A inclusão dos serviços para o monitoramento seguirá a programação a ser definida pela CONTRATANTE de forma gradual de acordo com as seguintes etapas, a partir da ordem de serviço para o serviço:

8.28. Fica estabelecido entre as partes desde já que a CONTRATADA transfere à CONTRATANTE a propriedade das customizações dos relatórios dashboards que venham a ser desenvolvidos pela CONTRATADA por força do que determina o presente instrumento contratual, assim como quaisquer soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes, excluindo algoritmos e tecnologias pré-existentes de propriedade da CONTRATADA desenvolvidos anteriores a esse contrato;

8.29. A transferência da propriedade de que trata o item 8.30 desta cláusula dar-se-á através do fornecimento pela CONTRATADA à CONTRATANTE de todos os códigos-fonte e documentações de descrição das soluções de tecnologia que vierem a ser desenvolvidas durante a vigência deste contrato na medida em que os mesmos forem sendo desenvolvidos;

8.30. A CONTRATADA será a responsável pela montagem e manutenção do CCO - Centro de Controle Operacional e sua infraestrutura para a operação do Sistema contemplando mobiliário, terminais de acesso e conectividade de internet mínima de 02 (dois) Mbits/s por usuário por ela demandada;

9. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL / DOS DIREITOS AUTORAIS

9.1. Fica estabelecido entre as partes que desde já a CONTRATADA transfere à CONTRATANTE a propriedade de todo e qualquer Sistema de TI – Tecnologia da Informação que venham a ser desenvolvidos pela CONTRATADA por força do que determina o presente instrumento contratual, assim como quaisquer soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas.

9.1.1. A transferência da propriedade de que trata o item 9.1 dar-se-á através do fornecimento pela CONTRATADA à CONTRATANTE de todos os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas.

9.1.1.1. Incluindo documentação completa, código-fonte comentado, memorial descritivo, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia.

9.1.2. A CONTRATADA fornecerá os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas pela CONTRATADA à CONTRATANTE na medida em que os módulos dos Sistemas e respectivas aplicações forem desenvolvidas conforme determinado no Cronograma de Execução.

9.1.3. Sem prejuízo do que determina dos demais subitens que tratam o item, quando assim requisitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá a qualquer tempo fornecer à



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

CONTRATANTE os códigos-fonte e documentações de Registro da descrição dos Sistema de TI – Tecnologia da Informação e das soluções de tecnologia que consistam em aplicações destes sistemas, que venham a ser desenvolvidos por força do presente instrumento contratual.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será permitida a subcontratação, ainda que parcial, de quaisquer serviços ligados à execução do objeto dessa licitação.

11. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Mediante requerimentos mensais apresentados à PMSP pela contratada, será efetuada após o decurso do período de execução dos serviços, a medição dos serviços prestados, desde que devidamente instruída com a documentação necessária à sua verificação pelo fiscal do contrato, bem como a apresentação dos documentos exigidos em lei ou em contrato.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base na quantidade de serviços prestados à PMSP no mês, aplicado(s) o(s) preço(s) unitários(s) contratados(s) e pagos de acordo com os quantitativos medidos mensalmente.

11.2.1. As medições serão mensais, correspondendo ao período entre o 1º e o último dia do mês. A primeira medição será apurada entre o dia do início dos serviços constante na Ordem de Serviço e o último dia do respectivo mês.

11.3. As planilhas de medição deverão conter as assinaturas do responsável técnico da contratada, do responsável pela fiscalização do contrato e do titular da unidade orçamentária.

11.4. A fiscalização dos serviços será exercida por profissional técnico, designado pela Prefeitura do Município de São Paulo, devidamente instruído nos autos.

11.5. Para efeito de pagamento serão considerados os quantitativos aprovados pelo servidor municipal responsável pela fiscalização do contrato, conforme item acima.

11.6. O fiscal do contrato da PMSP deverá atestar, aprovando ou rejeitando, total ou parcialmente a medição, nos termos da Portaria SMSP 32/14.

11.6.1. A fiscalização da Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço para realizar inspeções, coletas de materiais e realizar ensaios de controle de qualidade previamente à medição e pagamento.

11.7. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período do adimplemento de cada parcela do objeto do contrato, vinculado a entrega na unidade requisitante dos documentos exigidos pela Portaria SMSP 32/14 e dos abaixo discriminados:

11.7.1. Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura;

11.7.2. Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal;

11.7.3. Ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

11.7.4. Cópia (s) da (s) Nota (s) de Empenho (s);

11.7.5. Cópia do Contrato e seus Aditivos, se porventura houver;

11.7.6. Cópia da Ordem de Inícios dos Serviços e da medição anterior, se houver.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

11.7.7. Relação contendo a identificação dos funcionários (nome e número da CTPS) que prestaram serviços, devidamente assinada pelo responsável legal da empresa ou pelo seu responsável técnico.

11.7.8. Relatório mensal contendo a relação do material consumido (especificação e quantidade por unidade requisitante), resíduo gerado (tipo e quantidade).

11.8. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.9. Na hipótese de a empresa contratada estar obrigada ao cumprimento da Lei Municipal nº 14.097/2005, deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

11.10. No caso de sociedade com estabelecimento prestador ou com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, a contratada deverá atender conforme estabelecido na Lei nº 13.701/2003 e artigo 69 do Decreto nº 53.151 de 17 de maio de 2012.

11.10.1. Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

11.11. Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

11.11.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012.

11.12. A PMSP, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará as retenções dos impostos e contribuições, bem como a comprovação dos recolhimentos, conforme abaixo relacionados;

11.12.1. O ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, de acordo com o disposto na Lei nº 13.701, de 24.12.2003 e Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, será retido na fonte pela PMSP. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA ISS”.

11.12.2. O IRRF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.713/1988, Decreto nº 3.000/1999, e demais legislação em vigor.

11.12.3. As retenções a título de contribuição social para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, atenderá aos termos da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/1998 e Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e suas alterações ou outra que vier a substituí-la.

11.13. Os Impostos e contribuições tratados nos subitens **11.12.1** a **11.12.3**, quando passíveis de retenção, na emissão da Nota Fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “retenção” para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações contidas nas referidas legislações.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

11.14. A Contratada deverá apresentar a cada pedido de pagamento os documentos a seguir discriminados, excetuando-se aqueles que em razão do objeto contratual a legislação em vigor o dispense de sua elaboração/apresentação;

11.14.1. Certidão de Regularidade de Situação para com o fundo de Garantia de tempo de Serviços FGTS;

11.14.2. Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal;

11.14.3. Certidão Negativa de Débito junto a Previdência Social;

11.14.4. Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

11.14.5. Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

11.14.6. Relação dos trabalhadores constate no arquivo SEFIP;

11.14.7. Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;

11.14.8. Recibo de conectividade social;

11.15. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL** nos termos do Decreto Municipal nº 51.197/2010.

11.16. Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

11.17. Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

11.18. Em caso de inoperância do sistema será calculado o número de horas em que este ficou comprovadamente fora do ar e, independente do motivo pelo qual a CONTRATADA deixe de disponibilizar o Sistema, será concedido um abatimento no valor mensal devido referente ao tempo inoperante calculado conforme a tabela abaixo:

Tempo de indisponibilidade (horas/mês)	Abatimento
> 1% e <= 2%	5%
> 2% e <= 3%	10%
> 3% e <= 7%	15%
> 7% e <= 13%	20%
> 13% e <= 26%	25%
> 26% e <= 49%	30%
> 50%	100%

11.19. A tabela acima não se aplica aos casos de manutenção preventiva e/ou corretiva que deverão ser notificados à CONTRATANTE pela CONTRATADA num prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas de antecedência ao evento.

11.20. Não serão consideradas como tempo de indisponibilidade do sistema para fins de cálculo do tempo das ocorrências comprovadas como falha de:

a) Operação da fornecedora de comunicação (operadora de telefonia);



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

- b) Indisponibilidade do sinal GPS;
- c) Indisponibilidade de rede do CONTRATANTE;
- d) Indisponibilidade de redes externas a estrutura de provimento do sistema entre outros.

11.21. Sem prejuízo das penalidades acima, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas nos subitens do item 16.1.

11.22. As penalidades somente poderão deixar de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

11.23. Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou.

11.24. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

11.25. O prazo para pagamento das multas será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSP.

11.26. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

11.27. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Coordenação Geral de Licitações e Contratos - COGEL da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB e protocolizados nos dias úteis, das 10:00 às 17:00 horas, na Rua Líbero Badaró, nº 504 – 23º andar, Centro, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

11.28. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, administrativamente ou judicialmente.

11.29. Não serão considerados recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

12. DAS PENALIDADES

12.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, bem como aquelas estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/2002, e demais normas pertinentes. No que tange as multas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada estará sujeita as penalidades abaixo discriminadas:

12.1.1. Multa pela recusa em assinar o Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso sem a devida justificativa aceita pela Unidade requisitante: 1%, DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO POR DIA DE ATRASO, até o décimo dia.

12.1.1.1. Após 10 (dez) dias de atraso, será considerada recusa em assinar/retirar o contrato/nota de empenho: MULTA DE 15% DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO.

12.1.2. Multa por dia de atraso para início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, incidindo, após, a multa por inexecução total do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

12.1.3. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após, a multa por inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela não executada.

12.1.4. Multa por descumprimento da cláusula contratual, por dia: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal.

12.1.5. Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização, por dia, até seu cumprimento: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal

12.1.6. Multa por inexecução parcial do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

12.1.7. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual.

12.1.8. Multa pela rescisão contratual por culpa da contratada: 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço estimado, calculado sobre número de meses faltantes para o termino do ajuste.

12.1.9. Multa de 1% do valor total do contrato pela não transferência dos direitos de propriedade no prazo requisitado.

12.1.10. Multa de 7% do valor total do contrato pelo descumprimento das normas técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

12.1.11. Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PMSP, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.

12.1.12. As penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos termos do contrato serão aplicadas pela Contratante, observado o devido processo legal e a ampla defesa.

12.1.13. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

12.1.14. O prazo para pagamento das multas, após decorridos os prazos de ampla defesa, será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP (medições futuras, garantia, etc). Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

12.1.15. Para aplicação de penalidade deverá ser atendido o estabelecido nos artigos 54 a 56 do Decreto 44.279/2003.

12.1.16. Multa de 20% do valor total do contrato pela não transferência dos códigos fontes dos serviços que forem desenvolvidos pela empresa contratada.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

13. DA RESCISÃO

13.1. Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/93 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naquela lei.

14. DA SUBORDINAÇÃO DESTE CONTRATO

14.1. Este instrumento subordina-se às cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e aos preceitos de direito público.

14.2. Aplicam-se supletivamente a este Contrato, os princípios e normas de direito privado, sobretudo as disposições do código civil.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A contratada, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou a seguinte documentação:

15.1.1. Comprovação do recolhimento da garantia em quaisquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8666/93;

15.1.2. O Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

15.1.3. Certidão de regularidade fiscal atualizada quanto às contribuições para com o Instituto Nacional de Seguro Social;

15.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários;

15.1.5. Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, da não inscrição da empresa no CADIN – Cadastro Informativo Municipal, nos termos do Modelo constante do edital de Pregão - ANEXO III, que precedeu este ajuste.

15.1.6. Consulta ao CADIN Municipal (via internet), demonstrando que não foram encontradas pendências, de acordo com a Lei Municipal nº 14.094/05 e o Decreto Municipal nº 47.096/06.

15.1.7. Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

15.1.8. Relação dos trabalhadores constata no arquivo SEFIP;

15.1.9. Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;

15.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

15.1.11. Indicação dentre os responsáveis técnicos, que responderá tecnicamente pelos serviços executados e o preposto que o representará nos locais de trabalho.

15.2. Ficam fazendo parte integrante deste, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão Eletrônico nº 051/SMSUB/COGEL/2023, seus Anexos e a proposta de preço da contratada inserta no Processo Administrativo nº 6012.2023/0024340-6.

15.3. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação



SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos

Rua São Bento, 405, 23º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone: 011 4934-3238/3168 - e-mail: contratoscogel@smsub.prefeitura.sp.gov.br

e qualificação exigidas no edital de pregão que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

15.4. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes.

15.5. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

15.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes abaixo identificadas.

São Paulo, SP.

PELA CONTRATANTE:

RODE FELIPE BEZERRA

Chefe de Gabinete

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

PELA CONTRATADA:

ADRIANO JOSE JUREIDINI DIAS

Presidente

MAGNA SISTEMAS CONSULTORIA S.A.



Documento assinado eletronicamente por: ADRIANO JOSE JUREIDINI DIAS, CPF/CNPJ nº 256.121.638-19, como Contratada.

Assinado em: 21/12/2023, às 16:54, através do e-mail adias@magnasistemas.com.br, pelo ip 186.230.27.98



Documento assinado eletronicamente por: RODE FELIPE BEZERRA, CPF/CNPJ nº 295.043.788-54, como Contratante.

Assinado em: 21/12/2023, às 23:57, através do e-mail ccg@smsub.prefeitura.sp.gov.br, pelo ip 187.10.143.227



O processo de acolhimento das assinaturas foi finalizado em: 21/12/2023, às 23:57, onde todos os envolvidos assinaram eletronicamente este documento.

A autenticidade do documento pode ser verificada no site: <https://signgov.com.br/verificaautenticidade>, informando o processo: 2023.44666122383 e o código: 4IS878H3
